

ATA DA 42ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO MINIAUDITÓRIO DA CODEVASF

Data: 16/02/2005

Início: 9h30 – Término: 17h30

MEMBROS PARTICIPANTES:

1 –Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Sr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão (samleitao@mct.gov.br)

2-Ministério do Meio Ambiente - MMA - SRH

Sr. Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso (fabricio.cardoso@mma.gov.br)

3-Ministério da Saúde - MS

Sra. Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)

4-Ministério de Minas e Energia - MME

Sr. Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.cprm.gov.br)

5-Ministério do Meio Ambiente – MMA - ANA

Sr. Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)

6-Ministério da Defesa - MD

Sr. Dovanil Ferraz Camargo Jr. (dovanil@ig.com.br)

7-Ministério do Turismo - MT

Ausência

8- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo

Sra. Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)

9-Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal

Ausência

10- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas

Sr. Carlos Alberto Martins(cmartins@rn.gov.br)

11- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraíba/Pernambuco

Sr. Adson Brito Monteiro (adsbrito@yahoo.com.br)

12- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro

Sr.Dorothy Carmen Pinatti Casarini (dorothyc@cetesb.sp.gov.br)

13-Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Sr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)

14-Indústrias

Sr. César Augusto Paulino Grandchamp (cpg@mbr.com.br)

15 Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo

Sra. Neiva M. Coelho@ctbctelecom.net.br)

16-Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias

Sr. Osmar José Gualdi(comitepardo@serhs.sp.gov.br)

17- Organizações não Governamentais

Sr. Reynaldo Guedes Neto (projetho@projetho.com.br)

CONVIDADOS:

Sra. Cláudia Ferreira Lima (claudia.lima@mma.gov.br)

Sr. Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)

RELATOR:

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h do dia 16 de fevereiro do ano de dois mil e cinco, sob a presidência do Sr. João Carlos Simanke de Souza, procedeu-se à abertura da 42ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O Presidente da CTAS agradeceu a presença de todos, deu as boas vindas e solicitou que fosse feita a auto apresentação. **Item 2** – Aprovação da Ata da 41ª Reunião da CTAS. A ata ficou para ser aprovada na próxima reunião. **Item 3** – Eleição para presidente da CTAS. - O Presidente Sr. Simanke esclareceu que a partir daquele momento a CTAS teria uma nova composição, pois a partir do dia 31 de janeiro passado, havia sido aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, uma nova composição da CTAS conforme relacionado no início da ata, onde ali estão inseridos os nomes dos Segmentos representados e seus respectivos representantes. Dando prosseguimento, passou-se à eleição do Presidente, tendo sido proposto pelo segmento pelo Sr. Leal Neto –

MD, que o Dr. Simanke – SABESP, se candidatasse a reeleição, o qual aceitou. Não havendo outro candidato foi procedida a votação e o Dr. Simanke foi reeleito por unanimidade. Em seguida o Presidente discorreu sobre a importância de se elaborar, nas futuras reuniões da CTAS do ano de 2005, moções e resoluções objetivando o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamentos dos Recursos Hídricos do Brasil, em especial a gestão das Águas Subterrâneas Brasileiras. **Item 4** – Análise da primeira minuta de proposta visando a implantação do enquadramento das Águas Subterrâneas Brasileiras, apresentada pelo Grupo de Estudos, criado na última reunião da CTAS, para este fim. O Sr. Simanke, dando início à discussão do tema, solicitou à Sra. Dorothy, da CETESB, que fizesse uma breve apresentação sobre a minuta da proposta do Grupo de Estudos do enquadramento das águas subterrâneas brasileiras. Sra. Dorothy iniciou falando que na primeira reunião do Grupo de Estudos para elaborar proposta de **“proposta de enquadramento das Águas Subterrâneas”**, concluíram que a CTAS não deve propor procedimentos e critérios para o enquadramento das águas subterrâneas, pelos seguintes motivos: a) Na Lei n.º 9.433, o Art. 10 – As classes de corpos de água serão estabelecidas pela legislação ambiental (sendo assim uma atribuição do CONAMA); b) É instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos e atribuição do CNRH o enquadramento dos corpos d'água em classe, segundo os usos preponderantes da água. Os membros do Grupo de Estudos da CTAS também chegaram à conclusão de que em função da revisão da CONAMA 20, que exclui as águas subterrâneas de classificação, o CNRH só poderá propor diretrizes para o enquadramento das águas subterrâneas após a proposição pelo CONAMA de uma Resolução de classificação para as mesmas. Para que isto ocorresse era necessário que a CTAS encaminhasse à CTIL uma proposta de Moção do CNRH, a ser elaborada pelos membros da CTAS-CNRH, solicitando ao CONAMA a elaboração de uma resolução específica para a classificação dos corpos hídricos subterrâneos. No que foi de pronto atendido pela CTAS, que imediatamente redigiu a Moção (EM ANEXO) e encaminhou à CTIL para análise e encaminhamento ao CNRH. A Sra. Dorothy disse também que a proposta do Grupo de Estudos é que a CTAS do CNRH trabalhe em uma **Proposta de Resolução de Diretrizes para proteção e conservação das águas subterrâneas**, que contemple os seguintes pontos: - áreas de recarga de aquíferos; - zonas de proteção de poços e nascentes; - vulnerabilidade ao risco de poluição de sistemas aquíferos: porosos, fraturados e cársticos; - hidrodinâmica de aquíferos (profundidade do nível de água, variação de níveis, direção de fluxo, etc.); - restrição de uso e ocupação do solo em áreas consideradas estratégicas e/ou potenciais para usos múltiplos dos recursos hídricos subterrâneos; - Monitoramento de qualidade e quantidade das águas subterrâneas; - Recarga artificial e aplicação de resíduos e efluentes em solo. Considerando que na reunião prevista para o dia 27 de abril de 2005 será debatida a proposta a ser elaborada pelo Grupo de Estudos, o mesmo solicitou àqueles que quisessem contribuir com a referida proposta, que encaminhassem sugestões até o dia 15 de março de 2005, através do relator da Câmara Técnica, o Sr. Sebastião Domingos. Estas sugestões deveriam estar em forma de artigos, parágrafos e incisos com as respectivas justificativas, citações e referências bibliográficas, se possível. Acertou-se que o grupo de estudos se reuniria novamente um dia antes da próxima reunião da CTAS para a elaboração da base desta proposta. Ficou determinado também que qualquer membro da CTAS, ou convidado, que quisesse fazer parte do Grupo de Estudos da CTAS poderia integrá-lo sem nenhum problema. **Item 5** – Sr. Simanke anunciou o dia 23 de março próximo, em Brasília – DF, para a realização da 43ª reunião da CTAS. Finalizando, o Sr. Presidente agradeceu as contribuições. Nada mais havendo a ser apreciado, a reunião foi encerrada, de onde se extraiu esta ata que, após ser lida e aprovada pelos membros participantes da próxima reunião da CTAS, será assinada pelo Sr. Presidente e Sr. Relator.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Sebastião Domingos de Oliveira
Relator

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
PROPOSTA DE —, DE _____ DE 2005

*Solicita elaboração de resolução específica
para a classificação de corpos hídricos
subterrâneos*

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas competências, conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, e:

Considerando o Art. 5º da Lei nº 9.433 que determina os Instrumentos da Política de Recursos Hídricos, definindo em seu Inciso II o enquadramento dos corpos de água em Classes, segundo os usos preponderantes da água;

Considerando o Art. 10 da Lei nº 9.433 que define que as classes de corpos de água serão estabelecidas pela legislação ambiental, sendo pois atribuição específica do CONAMA;

Considerando que a resolução CNRH nº 15 de 11 de janeiro de 2001, em seu artigo 3º Inciso II, que estabelece como diretrizes para o enquadramento dos corpos de água subterrânea em classes dar-se-á segundo as características hidrogeológicas dos aquíferos e seus respectivos usos preponderantes, a serem especificamente definidos;

Considerando que a plenária da 43ª Reunião Extraordinária do CONAMA, realizada nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2005, aprovou a revisão da Resolução CONAMA 20, que em seu Artigo 1º dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento de corpos de água superficiais, bem como estabelece as condições e padrões de lançamentos de efluentes;

Considerando a necessidade urgente de classificação dos corpos hídricos subterrâneos, tendo em vista a lacuna legal decorrente da aprovação da revisão da Resolução CONAMA 20, onde não é contemplada a água subterrânea.

Resolve:

Aprovar Moção, dirigida:

Ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, solicitando a elaboração de resolução específica para a classificação dos corpos hídricos subterrâneos.

MARINA SILVA
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário-Executivo